

Onde vais história da historiografia? Caminhos e problemas – Da Geração de 1939-45 até aos finais dos anos 80: esboço de um balanço historiográfico

Dr. Nuno Bessa Moreira

CITCEM-FLUP

(knunoclio@gmail.com)

Texto recebido em/Text submitted on: 07/04/2017

Texto aprovado em/Text Approved on: 15/06/2017

Resumo

O objetivo central deste artigo é a realização de um balanço provisório da História da Historiografia em Portugal e do seu lugar na Historiografia Portuguesa até ao 25 de Abril de 1974 (afiorando o período que se estende até finais dos anos 80). Utilizaremos como fonte principal os *Ensaio III Sobre Teoria da História e Historiografia*, de Vitorino Magalhães Godinho, publicados em 1971. Inserida a obra referida nos contextos político, social e ideológico, efetuar-se-á uma análise de discurso, promovendo comparações com *Da História Crónica à História-ciência* (1972), de Joaquim Barradas de Carvalho, e com a *Antologia de Historiografia Portuguesa*, de Oliveira Marques. O principal resultado desta investigação, ainda indiciária, repercute um clima de incerteza e ambiguidade. Magalhães Godinho ou Oliveira Marques contribuíram para o arranque e a primeira sistematização de uma *nova* história da historiografia. Os seus esforços implicaram uma progressiva especialização de saberes.

Palavras-chave: Historiografia, Ensaio / III, Magalhães Godinho, Barradas de Carvalho; A. H. De Oliveira Marques

Abstract

The central aim of this article is the realization of an interim review of the History of Historiography in Portugal and its place in Portuguese Historiography until April 25, 1974. We will use as a source the *Ensaio III Sobre Teoria da História e Historiografia*, by Vitorino Magalhães Godinho, Published in 1971. Once the work referred to in the political, social and ideological contexts has been inserted, a discourse analysis will be carried out, promoting comparisons with Joaquim Barradas de Carvalho's *Da História Crónica à História-ciência* (1972) and *Antologia de Historiografia Portuguesa* by Oliveira Marques. The main result of this investigation, still indicative, reflects a climate of uncertainty and ambiguity. Magalhães Godinho or Oliveira Marques contributed to the beginning and the first systematization of a new history of historiography. Their efforts imply a progressive specialization of knowledge.

Key words: Historiography, Ensaio / III, Magalhães Godinho, Barradas de Carvalho; A. H. De Oliveira Marques

1. Razões de um título: História da Historiografia, alguns problemas e (in)certos caminhos

A interrogação que intitula parcialmente este artigo serve-lhe de mote, funcionando como desejável agente propulsor da investigação. Bastaria esta razão pragmática para justificar as linhas introdutórias deste estudo. Contudo, a questão sobre a qual nos debruçamos em seguida revela-se instigadora a outros níveis, dado que comporta incertezas, lacunas, espaços em branco. Assim glosamos consciente e propositadamente um título que tomámos de empréstimo do universo literário único e inclassificável de Maria Gabriela Llansol, que se preguntara *Onde vais drama poesia?* Defendendo e praticando uma escrita avessa a fronteiras de género, livre e imaginativa (Llansol, 2000). A ciência de *Clio* e a sua história cumprem protocolos e regras, seguem metodologias próprias, bem diversas aliás das expostas, mas não deixam de se inquietar com o *poder* e o *magnetismo* da questão lançada, cuja magnitude é infinitamente superior ao engenho e aos arremedos de resposta. Estes apontam tentativas de conceptualização, caminhos e problemas, sempre em aberto, conforme fica implícito na segunda parte do título deste trabalho, que consubstancia uma aproximação ao universo em análise ainda e talvez sempre algo lacunar.

Importa, desde logo, propor uma definição, parcial e sujeita a revisão, da forma como entendemos e praticamos a História da Historiografia. Do nosso ponto de vista, constitui um domínio de estudo no seio da história como ciência. Ocupa-se, em diacronia e sincronia, das condições espaço-temporais, institucionais e biográficas de surgimento e desenvolvimento do ofício dos historiadores. O trabalho dos cultores de *Clio*, enquanto conhecimento científico, comporta uma vertente profissional e outra disciplinar. A primeira concita um enquadramento sócio-cultural, no qual se integra, e a segunda implica um conjunto de princípios, valores, mas também de paradigmas, modelos, teorias, conceitos, métodos, que determinam a escrita historiográfica, entendida como ponto de convergência de práticas historiográficas, discursos e representações, portadores de uma dimensão epistemológica e outra ideológica. O ofício dos historiadores incorpora as funções e o estatuto do trabalho historiográfico (Moreira, 2012). Interessa perceber as esferas políticas, sociais, económicas, culturais nas quais os cultores de *Clio* se movam, dado que *o campo historiográfico* não se desenvolve isoladamente.

No que concerne aos problemas que podem ajudar a explicar algumas resistências ainda existentes a estudos no âmbito da História da Historiografia, Charles-Olivier Carbonell identificou alguns deles, procedendo, desde logo, à desmontagem de certos preconceitos, evidenciados inclusive por muitos colegas de profissão e responsáveis pela desconfiança face à História da Historiografia que, no caso português, se encontra nos dias de hoje ainda longe de ser cabalmente ultrapassada, embora haja avanços nesta matéria na atualidade. O afastamento ou a distância de historiadores relativamente à História da Historiografia podem dever-se à consideração e/ou conjugação de quatro atitudes que convergem, situando-a fora da História: a *vaidade*, a *degradação*, a *mutilação* e a *rejeição*. A História da Historiografia foi sendo escrita durante dois mil anos sem que aqueles que se lhe dedicaram a denominassem enquanto tal ou a constituíssem como disciplina, concretizando-se este processo durante o século XIX, e na passagem de oitocentos para novecentos.

Até à materialização desta realidade, os historiadores que se debruçavam sobre a atividade de outros cultores de *Clio* faziam-no, não raro, de modo laudatório, apologético, endeusando-os e divinizando-os, recusando-se a relativizar aquilo que perspetivavam como absoluto, transcendente, comprazendo-se em produzir elogios que alimentavam, eventualmente, a vaidade de quem os fazia. A Historiografia podia comparecer como algo intangível, etéreo, oracular, vagamente esotérico. Ora, conforme ficou demonstrado, pretendemos contrariar esta visão, na linha de Carbonell, dado que escolhemos um objeto concreto devidamente situado, imanente ao devir humano e dele dependente. O segundo preconceito que tentaremos evitar encontra-se devidamente circunscrito pelo historiador francês, que se reporta à natureza limitada de certas Histórias da Historiografia produzidas no século XIX e que constituem apenas inventários de nomes de autores e de obras, não aprofundando qualquer das duas componentes e contribuindo decisivamente para a degradação de uma área sub-disciplinar na qual se deveria investir para além da elaboração de bibliografias regressivas, de inegável interesse heurístico, mas que nele se não esgotassem. Outro dos preconceitos frequentemente associados à História da Historiografia deriva da desvalorização das fontes secundárias como base documental dos trabalhos historiográficos, sob pena de serem encaradas como menos originais. Ora, a natureza

das fontes depende do uso que lhes dão os cultores de *Clio* (Moreira, 2012: 23-24; Carbonell, 1981: 7-25)

Outro preconceito que, na nossa perspectiva, tem afastado muitos historiadores da História da Historiografia prende-se com a consideração desde âmbito de estudos como exclusivamente académico, interessando alegadamente apenas aos profissionais da área, não tendo possibilidades de cativar públicos mais alargados. Pela tentativa de definição que esboçámos, percebe-se que discordamos desta visão, mas não podemos subestimar a sua existência e relevância.

Por fim, acrescentamos um problema que nos parece, porventura, axial. Quando o investigador escolhe colegas de profissão para sobre eles empreender uma pesquisa está sujeito a reações diversas por parte de *grupos, escolas, tendências* ou *correntes* que existam no seio da comunidade científica. A consideração genérica dessa comunidade pressupõe o seu carácter heteróclito e plural, exigindo critérios de aferição que lhes correspondam, sem os quais estamos perante abstrações com maior ou menor adesão à realidade. Eventualmente, o receio de pressões, possivelmente maior se os objetos de estudo forem historiadores ainda vivos, pode afastar alguns estudiosos destas matérias. A relação entre a historiografia (enquanto prática e como escrita) e os poderes (oficiais, oficiosos, Estado, Igreja, Empresas) pode ser cúmplice, difícil, problemática ou então de indiferença mútua. Não deixaremos de abordar este tópico, que se revestirá de capital importância nas análises a empreender. No entanto, os preconceitos e os problemas aventados são passíveis de funcionar como um desafio e um estímulo à sua ultrapassagem.

A História da Historiografia na actualidade interessa a um crescente número de investigadores. Todavia, se compararmos esta realidade com a de outros domínios de estudo, como a História Económica e Social ou a História Política, ou com o desenvolvimento noutros países, como o Brasil, será inevitável o confronto com a relativa escassez de cultores dedicados à Ciência de *Clio* em Portugal. No entanto, não dispomos ainda de um estudo, necessário, que comprove, infirme ou matize estas intuições, baseadas num reconhecimento pessoal da(s) comunidade(s) historiográfica(s). Todavia, esta questão pode constituir matéria para investigações futuras que partam de bases mais sólidas e permitam chegar a resultados efetivos. Não é esse o fito deste artigo.

Encontramo-nos, no nosso pós- doutoramento, a realizar uma pesquisa sobre o discurso historiográfico de Vitorino Magalhães Godinho – historiador que construiu sempre caminhos e persistiu na historiografia e na história, apesar dos problemas que lhe foram sendo levantados –, tendo como ponto de partida a sua obra *A crise da história e suas novas diretrizes*, de 1946, que será abordada segundo um plano mais vasto no futuro, tendo em conta o percurso biográfico e bibliográfico do seu autor, sobretudo anterior mas também posterior ao estudo referido, interpelando diversas fontes primárias e procurando perceber a época na qual este esforço historiográfico se inscreve, as suas motivações e objetivos, procurando a relação entre o indivíduo e a sociedade na qual participa a diferentes níveis, no cumprimento de diferentes estatutos e funções, participando em várias instituições. Esta temática será subsidiariamente abordada neste estudo, mas serviu de estímulo à realização do texto que aqui se apresenta, insuficientemente esboçado noutras ocasiões. No entanto, importa inserir este artigo num âmbito cronológico alargado

João Paulo Avelãs Nunes sintetizou recentemente os traços gerais evolução da historiografia portuguesa, desde finais do século XIX até à actualidade, de modo a nosso ver ajustado:

Por seu lado, a historiografia e, de forma mais sincrética, a “memória histórica”, terão evoluído de uma fase de abertura a diversas correntes intelectuais mas na qual se verificava o predomínio das concepções da “escola metódica”, do historicismo romântico e do positivismo (até ao início da Primeira Grande Guerra) para uma etapa de acrescido pluralismo científico-cultural e de reforçado envolvimento político-ideológico (1914-1930). Seguiram-se a etapa de construção e imposição coerciva do “historicismo neo-metódico” (1930-1974); o período do regresso a uma lógica de pluralismo científico-ideológico e da internacionalização – da comunidade de historiadores e dos públicos –, baseada no predomínio da “nova história” até hoje». (NUNES, 2013: 59).

A história da historiografia acompanhou, de forma semelhante, este processo relativo à memória história e à historiografia. Convém, todavia, abordar, de modo incipiente, algumas matizes ou especificidades do processo após 1974. Este artigo procura apresentar um breve itinerário, necessariamente lacónico e lacunar, da historiografia portuguesa desde os anos 40 até aos dias de hoje, sem a pretensão de

aprofundar o assunto, com particular incidência na década de 70 do século passado, na qual a atividade de Magalhães Godinho, Barradas de Carvalho e A. H. Oliveira Marques se solidificou.

Torna-se necessário propor uma taxonomia provisória que traduza a diacronia dos estudos situáveis na História da Historiografia, por razões de natureza heurística, de modo a obter uma panorâmica suficientemente clara, que logre uma correspondência mínima entre as nomenclaturas apontadas e as realidades às quais se refiram. Trata-se de um exercício arriscado e instável, mas fundamental, dotado de um cariz parcialmente convencional, sem se eximir a explicitar limites cronológicos no interior dos quais se expressam *práticas, discursos e representações*, semelhantes, distintos ou complementares, sem nunca se verificar uma substituição mecânica e linear de uns momentos por outros. Há coexistências em cada período, independentemente de se desenharem certas prevalências. Assim, entre os anos 40-50 do século XX e 1974 assistiu-se à legitimação da história da historiografia em moldes democráticos, na sequência de cerca de duas décadas e meia de gestação, baseada na inquirição do estatuto da história no conspecto dos saberes, prolongada, com alguns impasses pelo meio, até finais 80, altura em que o paradigma neomoderno vigente começou a dar sinais de cada vez maior amplitude e ecletismo. De tal modo que, dos anos 90 até à atualidade, desenvolveram-se a especialização e o pluralismo nesta área de conhecimentos – sob a égide da pluralidade teórico-metodológica –, preludiados anteriormente.

1. *Os alicerces de uma História da Historiografia em Novos Moldes: A Geração de 39-45 e Oliveira Marques, sob o signo da oposição ao Estado Novo*

1.1. Vitorino Magalhães Godinho: historiador-cidadão

Dos anos 40 até 70 do século XX, historiadores como Vitorino Magalhães Godinho, Joaquim Barradas de Carvalho ou A.H. de Oliveira Marques desenvolveram esforços decisivos tendentes à legitimação da Historiografia portuguesa e da sua história em novos moldes, razão pela qual importa rastrear sumariamente o seu percurso, cruzando a participação cidadã nas diversas esferas sociais com o itinerário científico, uma vez que se trata de dimensões indissociáveis. Todos estes cultores de *Clio* se

destacaram, de formas diversas, na oposição ao Estado Novo e na luta pela liberdade. Durante o Estado Novo dominava o ensino sebenteiro na Faculdade de Letras de Lisboa (Dores, 2009), o historicismo neo-metódico em Coimbra (Nunes, 1995) e o integralismo nacionalista, com João Ameal, Alfredo Pimenta, entre outros (Rêgo, 2015)

Vitorino Magalhães Godinho revisitou uma parte do seu percurso bibliográfico, de modo implícito, mas impressivo, quando deu à estampa os seus Ensaios *III*, (Godinho, 1971) conjunto de trabalhos de teor historiográfico, que se situam na sequência dos dois primeiros, homónimos, mas dedicados a temáticas distintas. Desta vez, debruça-se sobre *Teoria da História e Historiografia*, conforme indica o subtítulo da obra, que, como as anteriores, parece, em primeira instância, herdar a denominação genérica que a batiza da circunstância nada aleatória de albergar e coligir vários trabalhos, portadores de dimensões distintas, versando assuntos cujo denominador comum é, neste caso, a teorização da historiografia, mas correspondentes a cronologias díspares, que não são expostas de modo diacrónico, procurando Magalhães Godinho ressaltar contiguidades temáticas, por vezes assentes em afinidades. Todos os trabalhos reunidos em Ensaios III constituem republicações. A primeira iniciativa deste género é a mais antiga do ponto de vista cronológico e constitui exceção à metodologia utilizada, circunstância que demonstra, em nosso entender, a ideia segundo a qual está em jogo bem mais do que a simples diacronia, maioritariamente subvertida. Sublinhe-se que, ao contrário dos outros textos que eram artigos, *A crise da História e suas novas diretrizes* constituiu uma obra autónoma, publicada em 1946. Poderá parecer anacrónico e inusitado, ou até estranho, retomar, em 1971, um trabalho historiográfico dado à estampa 25 anos antes. Esse anacronismo e estranheza diluem-se e cedem o seu lugar a uma perspectiva diferente após a leitura integral dos ensaios, nos quais *A crise* é central, por ocupar cerca de um terço das páginas, mas sobretudo porque a sua inserção no conjunto resultará do facto de Magalhães Godinho considerar que, no dealbar da década de 70, a história e a historiografia continuavam a viver uma situação de fragilidade.

Vitorino Magalhães Godinho nasceu em Lisboa no ano de 1918 e faleceu na mesma cidade em 2011, no seio de uma família com convicções republicanas, que lhe moldaram o carácter e influenciaram o seu trabalho como historiador, conforme teremos ocasião de confirmar mais adiante. Era filho de Vitorino Henriques Godinho e de Maria José Vilhena Barbosa de Magalhães. O seu pai era oficial do exército e foi Chefe do Estado-

Maior do *Corpo Expedicionário Português* na Flandres, no decurso da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tendo exercido funções docentes na Escola de Guerra e dos Altos Estudos Militares. (Magalhães, s/d). Num artigo recente, Joaquim Romero de Magalhães deu continuidade às investigações incidentes sobre o seu mestre e amigo Vitorino Magalhães Godinho, e ressaltou a vontade demonstrada pelo pai deste no sentido de reformar a instituição militar, após a Proclamação da República, uma vez que pertencia ao grupo dos “jovens turcos”. Vitorino Henriques Godinho exerceu cargos muito relevantes no seio do novo Regime, proclamado em 1910. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Interior e Director-Geral de Estatística (Magalhães, s/d). Vitorino Magalhães Godinho realizou uma biografia acerca de *Vitorino Henriques Godinho Pátria e República*, traçando um perfil desta personalidade, do qual destacamos a seguinte passagem:

A ideia de «república» consubstanciava para Vitorino Godinho as suas concepções de política. Tratava-se de um Estado em que a soberania emana do povo, a sua organização pertence aos cidadãos, isto é, homens sujeitos de direitos fundamentais, com órgãos de fiscalização do exercício do poder e dos poderes; a finalidade da ação desses órgãos de poder, delegados de soberania, é o bem comum, o assegurar do funcionamento de uma sociedade de gente livre em que se pretende dar as oportunidades ao mérito; reconhecem-se as desigualdades de condição, mas visa-se a que não separem desfavorecidos e plutocratas; o tecido social deve compor-se essencialmente em volta de classes médias, evitando opressões e pobreza, alargando o círculo da cultura (GODINHO, 2005: 479).

Estas observações podem, do nosso ponto de vista, sem recurso a abusos interpretativos, aplicar-se ao autor das afirmações transcritas, que sempre se esforçou por pautar o seu percurso cívico pela prossecução de um «ideal republicano», ao qual não terá sido alheio um conjunto de exemplos familiares, desde o pai que a Ditadura Militar não promoveu ao Generalato, até dois tios maternos, republicanos, que exerceram cargos públicos de enorme relevo. Entre 1936 e 1940, Vitorino Magalhães Godinho frequentou o curso de Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo-o concluído nesta última data com a apresentação de uma dissertação intitulada *Razão e História (Introdução a um problema)* (Godinho, 1940).

No entanto, esta experiência esteve longe de ser minimamente interessante para uma personalidade que procurava um conhecimento científico intimamente ligado à

problematização do devir histórico e a novas metodologias que o promovessem, incentivando a crítica de fontes. No entanto, dominava um panorama inverso, adverso a estas perspectivas, centrado num ensino repetitivo, escolástico no mau sentido, assente na inculcação automática de matérias. Os professores eximiam-se a um papel ativo na construção de saberes. Eram essencialmente compendiadores, que alinhavam em sínteses apressadas ou generalizações superficiais (Homem; Dores, 2011). Personalidades como o republicano Agostinho Fortes, Oliveira Ramos ou Manuel Heleno, tão diferentes entre si, convergiam no predomínio conferido à compilação, situação que conduziu ao desânimo de Magalhães Godinho, ciente da necessidade de um efetivo espírito universitário que pudesse ser verdadeiramente caracterizado pela formação de futuros cidadãos livres, informados, responsáveis e com apetência pela investigação, desejavelmente inseparável da docência. Os docentes que marcaram Magalhães Godinho, por possuírem estas características, foram seus professores no ensino secundário, como Câmara Reis, Newton de Macedo

Na dissertação de licenciatura, Vitorino Magalhães Godinho recusou uma atitude filosófica desconexa da realidade histórica, rejeitando igualmente enveredar por um trabalho historiográfico desavindo de uma dimensão problematizante e reflexiva. O autor investiga a natureza e as implicações do conhecimento científico. O seu labor é complexo e gera interesse, dado que cruza a História da Ciência e da Filosofia com a Teoria do Conhecimento, a Lógica, a Matemática, a Física e a Psicologia (Godinho, 1940).

Após a licenciatura, Magalhães Godinho ingressou na Faculdade de Letras de Lisboa como docente, a convite de Manuel Heleno. Conforme indica José Manuel Guedes de Sousa, na sua dissertação de Mestrado sobre o autor, esta estadia no grupo de História foi curta e atribulada, dado que à personalidade recém-contratada não interessavam os métodos *sebenteiros* colocados em prática por alguns dos seus colegas. Acresce que lhe foi atribuída a lecionação de várias disciplinas, de naturezas diversas e pertencentes a cronologias tão vastas como a Antiguidade Oriental, a Antiguidade Clássica, a Idade Média a Idade Moderna e a Contemporânea (Sousa, 2012). Depois de ter recusado que lhe vigiassem as suas aulas se o não fizessem a outros professores, o contrato de Magalhães Godinho não foi renovado. Os alunos não concordaram, fizeram uma petição a expressar isso mesmo e acompanharam-no até ao Ateneu Comercial de Lisboa. Aí lecionou aulas livres entre 1944 e 1946. Entretanto, para ganhar dinheiro,

dedicou-se à edição e tradução de livros. Trabalhou na coleção “*Marcha da Humanidade*”. Em 1946 foi publicada *A crise da História e as suas Novas Directrizes* (Magalhães, s/d; Sousa, 2012).

Em 1947, Vitorino Magalhães Godinho foi contratado como investigador do *Centre National de Recherche Scientifique*, graças às diligências nesse sentido de Pierre Hourcade, diretor do Instituto Francês em Lisboa, com o patrocínio de Marcel Bataillon, Lucien Febvre e, posteriormente, de Fernand Braudel. O historiador permaneceu em Paris até 1960, muito ligado aos mestres da *École Pratique des Hautes Études*. Em 1959, Magalhães Godinho obteve o seu *Doctorat d'État* na Sorbonne. A obra que dele resultou foi publicada em português entre 1963 e 1971, com o título *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Findo o Doutorado, Adriano Moreira, então director do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos convidou Magalhães Godinho para regressar e lecionar na instituição. Foi o que fez, mas logo recusou subscrever a mensagem de felicitações a Salazar pelo início, em 1961, da Guerra Colonial. Na crise estudantil de 1962, colocou-se do lado dos alunos, culpando o Governo pelo sucedido. Seguiu-se um complicado processo, durante o qual Magalhães Godinho foi expulso, readmitido e novamente expulso (Magalhães, s/d)

Neste contexto deu à estampa *A economia dos Descobrimentos Henriquino*, obra encomendada para as comemorações do quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, mas que não correspondeu ao panegírico esperado pelos promotores da iniciativa. Bem pelo contrário. Demitido da Universidade, Magalhães Godinho continuou em Portugal e voltou a dedicar-se à edição de livros na Sá da Costa e da Cosmos. Em 1971, participou em Aveiro no Congresso Republicano e publicou os *Ensaio III*. Todavia, nesse mesmo ano rumou a França novamente, a Clermont Ferrand, devido á iniciativa dos amigos Albert Silbert e Michel Mollat. Permaneceu aí até 1974.

1.1.1. Observações sobre os *Ensaio III*

Magalhães Godinho poderia ter chamado *Estudos* aos esforços intelectuais em vertente análise, dado que também é disso que se trata. Não o fez. No prefácio aos *Ensaio III* dispensa-se de abordar as razões da sua escolha, mas confessa que qualquer dos termos seria ajustado. Nos ensaios encontra-se a linhagem que, em nosso entender, filia as suas origens na atenção ao real patente nos *Essais* de Montaigne, não

enveredando – em nenhum dos volumes homônimos – pela declinação impressivamente pessoal que estes também comportam. Por maioria de razão, do nosso ponto de vista é ainda maior o afastamento de Magalhães Godinho face à defesa do ensaio como *vida das formas*, patente em Adorno (Adorno, 1984: 5-29) e Lukács (1971: 7-31), de modos diversos. Contudo, a admiração daquele historiador português por António Sérgio pode ter ajudado a enveredar pelo mesmo título que desde 1920 notabilizou o intelectual referido (Sérgio, 1920). No entanto, essa admiração dirige-se sobretudo à eleição comum de temas históricos, à defesa da educação cívica, da liberdade ou da existência de uma opinião pública e da competência em Democracia, persistindo em ambos os autores uma atitude genericamente crítica, encaminhada de modos diversos. Do nosso ponto de vista, Magalhães Godinho não adere, nos *Ensaio III*, a nenhuma espécie de idealismo, nem manifesta uma concepção elitista da cultura, defendendo uma democratização mais plena da sociedade.

No que respeita ao Republicanismo de Godinho e Sérgio também é bem distinto, mas não pode em, qualquer dos casos, ser tomado em bloco, sem que se atenda ao itinerário de ambos os estudiosos. No entanto, a oposição partilhada ao Estado Novo deve ser tida em conta, apesar das especificidades de que se revista, das modalidades distintas que assuma. Em nosso entender, o humanismo e a erudição também aproximam os *Ensaio* que Sérgio escreveu em oito tomos ao longo do tempo e os diversos *Ensaio de Magalhães Godinho*, incluindo o terceiro volume em apreço. Neste, como nos seus congêneres citados, a crítica de fontes e a problematização de cariz científico são mais constantes e homogêneas do que em António Sérgio, que nunca desenvolveu esforços de circunscrição ou teorização da história como ciência. Outra possível influência na assunção de um título como os *Ensaio* por parte de Magalhães Godinho pode ter sido a de Sílvio de Lima, que em 1944 publicou *Ensaio sobre a Essência do Ensaio*. (Lima, 1944). Todavia, já bem antes, em 1935 fora alvo de um processo de saneamento (que atingiu também Aurélio Quintanilha, Rodrigues Lapa), tendo sido reintegrado em 1942 (Torgal, p. 475). Nas aulas de Teoria da História que ministrava e das quais apenas restaram sebetas e sumários elaborados por alunos, notou um seu aluno João Francisco Marques, que havia maior proximidade face à historiografia erudita alemã, pelo neopositivismo de Louis Halphen do que pelos *Annales*, manifestando, por outro lado, atenção a Raymond Aron (Catroga: 335). Este contexto prévio ajuda a

enquadrar o perfil de Sílvio Lima, bem diferente de Vitorino Magalhães Godinho, que denotava enorme afinidade com o movimento *annaliste* e escassa simpatia pela Filosofia da História de Aron. No entanto, o Estado Novo tinha antipatia pelo espírito livre do primeiro e pela oposição que lhe era movida pelo segundo

No *Prefácio a Ensaios III*, Vitorino Magalhães Godinho não se refere especificamente enquanto historiador à complexa teia de acontecimentos do Governo de Marcelo Caetano, na Presidência do Conselho de Ministros desde 1969, mas não se exime a intervir como historiador-cidadão, empenhado na resolução dos problemas do país, estando todavia concentrado em empreender para tal uma reflexão científica que integra os acontecimentos e a actualidade em conjunturas e estruturas, sem os quais aqueles seriam deficitariamente compreendidos, uma vez que o cultor de *Clio* em questão visa a compreensão do ser humano na sua totalidade, seguindo a lição de Herculano e alinhando, sob a sua égide, num patriotismo específico, arredio a panegíricos ou elegias, portador de base científica e aberto à Europa; abertura que faltava alegadamente cumprir em Oitocentos e no dealbar dos anos 70 do século XX, daí a analogia assumida:

Foi Herculano daqueles portugueses que praticaram o patriotismo modelar, aquele amor lúcido da pátria que entusiasma a trabalhar pela melhoria da vida e dignidade de todos. Apesar disso, ou antes por isso mesmo, em certas épocas visto com suspeita pelos «castiços» defensores das oligarquias instaladas – bastava ter sido liberal e não apreciar a Inquisição. Talvez ainda com suspeita visto em círculos que preferem o «castiço» e o «só nosso» (mesmo se para tal são necessários investimentos estrangeiros). Não obsta: as palavras de Herculano devem ser humildemente meditadas e o seu exemplo não desprezado, sobretudo quando, como agora, se põe dramaticamente o problema de nos inserirmos no mundo moderno e de arrancarmos para o futuro – problema inadiável e que tantos continuam a querer adiar. A busca da lucidez implacável e da isenção científica não é nada fácil, e não apenas por persistir a mentalidade anticientífica e de interessada imposição da unanimidade (...). Ao autor destas linhas também se tem por vezes censurado, como se censurou a Herculano (não se veja na comparação mais do que semelhança de situação), não prestar culto às glórias – aos mitos que certos meios acham úteis para manter a sua ideologia. Tanto mais curioso quanto lá fora é o sentido português das nossas tentativas que é destacado (GODINHO, 1971: xxx).

Esta citação é longa, mas *modelar*, dado que resume o pensamento de Magalhães Godinho, crítico face ao regime que, com Marcelo Caetano continua, em seu entender, permeável a obscurantismos e adiamentos de uma mudança proclamada, mas ainda tida como urgente e por concretizar, dada a afirmada persistência de *censuras*, que o próprio Magalhães Godinho denuncia enquanto vítima delas, considerando que a inserção no mundo moderno é *inadiável* imperativo que alguns teimam em *adiar*.

O parágrafo final do *Prefácio aos Ensaios III* é, se possível, ainda mais declaradamente político. Analisando a discrepância entre um discurso oficial assente em almejada modernização e na acentuação de diferenças pelo menos retóricas face a Salazar, Magalhães Godinho denuncia o ritmo e as intenções dessas *mudanças*, exortando a um rumo diferente para que elas efetivamente aconteçam:

Quando, com aflitiva timidez e cerceado por mais do que obsoletas peias, se começa a aventar caminhos para um país novo, e, se quisermos caminhar nesse sentido, se impõe uma refundição estrutural de todo o nosso sistema de educação, há que ser capaz de repensar todos os nossos problemas e para tal apetrecharmo-nos com os poderosos meios das ciências humanas (GODINHO, 1971: 31).

Ora, *A crise da História e as suas novas diretrizes*, primeiro texto publicado nos *Ensaios III* após o *prefácio*, defende a inserção da História nas Ciências Sociais e Humanas e já não nas Humanidades. Vitorino Magalhães Godinho coloca-se contra a historiografia dominante no Estado Novo, em 1946 como ainda em 1971, mais do que seria de supor, assente no cultivo de uma história política, estritamente baseada em acontecimento, factual e biográfica. Godinho denuncia, na linha do que François Simiand fizera em 1903, os *ídolos*, identificados e mantidos ao longo do tempo. Em alternativa, o historiador português propõe o estudo do homem nas vertentes sociais, económicas e culturais, tradicionalmente esquecidas ou desprezadas, pugnando por um alargamento não só do objeto de estudo, como também das coordenadas espaço-temporais. Quanto ao espaço, os historiadores são incentivados a colocar de lado uma historiografia de feição eurocêntrica, debruçando-se sobre outros continentes e povos, de modo a aproximarem-se de outras culturas, fazendo uma análise à escala mundial, que relacione diferentes dimensões.

No que concerne ao vetor temporal, Vitorino Magalhães Godinho convida os cultores de *Clio* a não se restringirem às Antiguidades Pré-Clássica, ou clássica, perscrutando as remotas origens da humanidade e a perspectiva pré-história, de modo a desfazer mitos e relativizar perspectivas. Por outro lado, a historiografia elitista, baseada na consignação de *Grandes Homens* também é reiteradamente postergada por Vitorino Magalhães Godinho, que reivindica a necessidade de serem estudados todos os grupos e classes sociais, bem como as técnicas, consideradas tradicionalmente algo inferior ou repugnante pela historiografia tradicional.

A crise da História e suas Novas Diretrizes coloca-se, então contra o *simplismo de uma história económica nascente*, alegadamente alicerçada na exposição de ideias e doutrinas, mais do que nas realidades históricas concretas que cumpriria destacar, em vez de alinhar pela matriz da velha história política que urgia ultrapassar (Godinho, 1971: 50-104). A própria História política, genericamente considerada, deveria ser praticada, mas em articulação estreita e relação permanente com a História Económica e Social, tendo como objectivo a análise de novas fontes ou fontes antigas a uma nova luz, que se aproxime de e concretize as séries necessárias a uma análise quantitativa. De facto, noutros textos patentes em *Ensaios III*, a história económica e social ocupa um lugar central.

Aliás, tal como os factos, os documentos também são construídos e constituem-se enquanto factos. A historicidade dessa construção deve ser ressaltada, envolvendo permanentemente a problematização e a crítica, ambas mutuamente implicadas em permanência. Magalhães Godinho assimila em *A crise da História e suas novas diretrizes* a influência da primeira fase dos *Annales*, liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Tal como estas personalidades, debruça-se sobre o passado sem esquecer o presente do historiador, incentivando o diálogo entre ambas as dimensões temporais, avesso, todavia, a presentismos excessivos ou anacronismos forçados. Na segunda parte dos *Ensaios III*, o historiador aborda temáticas do foro das diferentes ciências sociais, recusando uma geografia meramente entendida como técnica ou num plano meramente formal. No que se refere à história económica, ultrapassa a economia política tradicional, criticando-a, e defende a importância da análise de preços e moedas, integrada na respetiva historicidade (Godinho, 1971: 155-175). A história deve liderar as restantes ciências sociais. Por outro lado, Magalhães Godinho pratica uma historiografia que

afirma o dinamismo e a abertura das estruturas, em detrimento de um estruturalismo saussuriano, estritamente linguístico:

Dissemos que um amplo movimento atual rejeitava a história, porque entendendo que as ciências humanas devem formalizar-se e tal formalização se operará pela construção de estruturas que são conjuntos de relações de simultaneidade, sem intervir quer a sua gênese quer qualquer elemento diacrónico (de sucessão temporal). Este estruturalismo que pretende ser uma conceção global das ciências humanas, quando não da ciência inteira, reivindica a sua inspiração da linguística, remontando a Saussure e visa a vazar-se em modelos matemáticos, com base na álgebra, na lógica e na teoria das estruturas precisamente, mas recebeu o mais forte impulso da etnologia de Levi-Strauss, bem diferente da antropologia estruturalista de Radcliff-Brown (...). Dissipou-se, antes de mais a confusão, assaz corrente, de estruturalismo, com o emprego operativo da noção de estrutura ou mesmo método estrutural. Estes são lhe muito anteriores. Pode afirmar-se que tantas inovações parturam (...) da historiografia de Lucien Febvre, Marc Bloch, Braudel e tantos outros (GODINHO, 1971: 200).

Acresce que, no entender de Magalhães Godinho, Condorcet, Turgot, Voltaire e Rousseau foram decisivos para a afirmação de uma história total em moldes modernos, não limitada ao estudo das elites dirigentes ou da política. Por outro lado, entende que a noção de Progresso presente nestes filósofos é avessa a estritas teleologias e escatologias (Godinho: 210-225).

Quanto à *Historiografia Portuguesa do século XX – orientações e problemas*, republicada em *Ensaio III* Magalhães Godinho destacou o pioneirismo de Herculano na prática de uma historiografia poliédrica, tendo sido seguido por precursores da História económica e social, como Alberto Sampaio ou Costa Lobo (Godinho, 1971: 227-247). Na historiografia dos Descobrimentos Portugueses, o historiador ressalta, positivamente, os trabalhos de Duarte Leite, Jaime Cortesão ou Veiga Simões (Godinho, 1971: 283-341). Por seu turno, Barradas de Carvalho também uniu historiografia e cidadania, ambas de cariz oposicionista.

2. Barradas de Carvalho – Em defesa da História como ciência

Joaquim Barradas de Carvalho conjugou a prática científica no âmbito da História e das Ciências Sociais a uma cidadania ativa e a um empenhamento político (que, no seu caso, se alicerçou na militância partidária no Partido Comunista Português). Joaquim

Manuel Godinho Braga Barradas de Carvalho nasceu em Lisboa, em Arroios, a 13 de Junho de 1920. Pertencia a uma família aristocrática. O seu pai, Manuel Telles Barradas de Carvalho era um latifundiário monárquico com apetência pela escrita (Magalhães, s/d). Barradas de Carvalho licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa (Magalhães, s/d).

As traves-mestras do seu percurso não podem dissociar-se da influência que recebeu dos seus mestres, nomeadamente de Vitorino Magalhães Godinho. Barradas de Carvalho estava no grupo de alunos que apoiou Magalhães Godinho na circunstância descrita. Nota-se no testemunho que aquele escreveu uma profunda crítica à generalidade do ensino na Faculdade de Letras de Lisboa, sendo o mestre citado uma excepção saudada. Durante a licenciatura, Barradas de Carvalho realizou, em 1943, um trabalho onde se nota a influência sobre ele exercida pelo professor, desde o título até às temáticas. Trata-se de *As Invenções Técnicas e a História Económica*. Não por acaso, certamente, a Dissertação de Licenciatura, embora tenha versado matéria diferente, não deixou de ser sensível à lição do mestre, dado que foi dedicada a um historiador que este muito admirava (Carvalho, 1949; Magalhães, s/d). Aliás, o aluno comungava dessa admiração, expressa em *As Ideias Políticas e sociais de Alexandre Herculano*. A ideia de elaboração deste trabalho partira de Ferreira de Almeida, cujo seminário Barradas de Carvalho frequentara, mas recebera também o encorajamento de Vitorino Magalhães Godinho (Carvalho, 2ª edição, 1972). Na introdução à obra, Barradas de Carvalho deixou bem claro que pretendeu realizar um estudo que ultrapassasse a prática de uma história das ideias de cariz tradicional, procurando renovar este domínio historiográfico, seguindo, para tal, Henri Lefebvre, e apontando a insuficiência na montagem de textos de um autor, alicerçada na interpretação do respetivo pensamento por parte dos historiadores, enriquecendo-as com outros contributos:

Quer-se com isto dizer que se devam desprezar os textos? Pelo contrário; os textos e a sua interpretação, a sua crítica, são o primeiro grande passo. Para que se passe da interpretação do pensamento de um autor ao conhecimento do pensamento desse autor, algo mais é necessário. É necessário que o arbitrário das interpretações desapareça e que nos surja algo que já não é interpretação porque a todos se tende a impor. Para isso, ser-nos à preciso jogar com o máximo de elementos de um todo, que são, afinal, o pensamento, a atividade, em suma, a vida total de um qualquer ser humano que pretendamos conhecer» (Carvalho, 2ª ed.

1972: 18-19). *Está aqui bem patente a visão de Alexandre Herculano, segundo a qual o conhecimento da biografia de um individuo depende da época em que este se insira e das condições sociais, económicas, políticas, que explicam esse percurso individual, que sem elas encontrar-se ia isolado e seria menos inteligível. No entanto, para o século XIX, Barradas de Carvalho notou a ausência de uma história económica e social, ou mesmo de uma história política, que discernisse as várias correntes de pensamento. Todavia, impossibilitado de realizar esse enorme trabalho junto de fontes primárias, o autor mostrou-se insatisfeito com o resultado final da sua dissertação licenciatura, na qual, ainda assim, nunca alinhou por uma historiografia que se cingisse ao ou centrasse no evenementiel: «Não nos iludamos, porém: se alguma coisa conseguimos quanto à explicação das ideias de Herculano, fizemo-lo apenas explicando ideias por ideias, ponto de vista ainda falho de objetividade, pois não é talvez mais do que explicar uma montagem de textos por outra montagem de textos. Neste nosso trabalho, as ideias de herculano aparecem desligadas do seu século, da sua época. São ainda uma interpretação (...)» (CARVALHO, 1949: 21).*

Depois da licenciatura, desde 1946, Barradas de Carvalho foi forçado a passar longas temporadas fora de Lisboa e do País, sofrendo os efeitos do seu oposicionismo ao Estado Novo, que era avesso aos seus ideais democráticos, ou à pesquisa de feição europeia, mormente francesa, que pretendia empreender (Brandão, 2011).

Nas longas temporadas parisienses, frequentou seminários na École Pratique des Hautes Eudes, na quarta e na sexta secções, dedicadas respetivamente à História e filologia, de natureza erudita, no primeiro caso, e às ciências sociais, no segundo, no qual os ensinamentos braudelianos se afiguraram fundamentais. No entanto, no final de 1949, Barradas de Carvalho regressou a Lisboa (Brandão, 2011). Demonstrava apreço profundo pela obra de Lucien Febvre, intitulada *Le Problème de L'Incroyance au XVIème siècle*, publicada havia poucos anos em 1942, na qual a história das ideias se praticava de uma forma que a abriu para a História das Mentalidades, caminho que muito interessava a Barradas e para o qual o contacto e a aprendizagem com os cultores dos Annales foram decisivos, contribuindo para solidificar perspetivas e aprimorar pontos de vista.

Em 1953, Barradas de Carvalho publicava já artigos na respetiva revista e na Universidade de São Paulo sobre os Descobrimentos Portugueses e só então se decidiu a realizar o Doutoramento de Terceiro Ciclo no Departamento de Estudos Portugueses e latinos, na Universidade de Paris I, Sorbonne, incidente sobretudo sobre o *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira. O historiador pretendia provar que os precursores de Descartes e Galileu não haviam sido os humanistas, que escreveram textos de índole

filosófica, mas alguns Portugueses, envolvidos diretamente na experiência dos Descobrimientos, ou que a relataram (Magalhães, Romero de, s/d). Esta primeira tese doutoral de Barradas de Carvalho foi concluída em 1961 e, através dela o autor pretendia a equiparação a Catedrático e o acesso às Faculdades de letras em todo o mundo (Brandão, 2011). Entretanto, seu fito imediato era trabalhar em Portugal. A recém-criada Faculdade de Letras do Porto abriu um concurso para encarregado de curso e Barradas de Carvalho concorreu, tal como Joel Serrão e Benard da Costa. Autoridades do Estado Novo fizeram desaparecer os três processos e o escolhido pelo regime salazarista foi António Cruz. (Magalhães; Brandão).

Em finais de 1961, Joaquim Barradas de Carvalho participou no ataque ao quartel de Beja. Este acontecimento obrigou-o ao exílio. Foi para Paris e, em 1964, para S. Paulo, onde teve um convite, que aceitou, para lecionar na USP, aí permaneceu até 1969. O depoimento de Carlos Guilherme Mota retrata a chegada e o modo como foi acolhido:

É na condição de exilado, com passaporte francês e membro da Escola de Altos Estudos, que a Universidade de S. Paulo o recebe em 1964, para grande entusiasmo dos seus estudantes, fatigados com uma visão tristonha e rançosa da História Ibérica: um rançoso editorial anticomunista no Estadão, redigido por Santana Mota, o aguardava em seu primeiro dia paulistano. Reunimo-nos indignados – Vitor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Novais e eu – na Tudor House, para apoiar os recém-chegados Barradas, Margarida e seus filhos, até porque o jornal tinha a tradição de ajudar exilados portugueses: seus donos mais Paulo Duarte (amigo de Barradas), tinham se exilado em Portugal durante o Estado Novo brasileiro...Entre nós ficaria ele até 1970, marcando nesses seis anos tantos alunos, colegas e amigos (MOTA, 1994:22).

Durante esta estadia, Barradas de Carvalho lecionou as cadeiras de *História Ibérica* e *História da Cultura Portuguesa*. Sobre a metodologia utilizada nas lições debruçaram-se o já referido Carlos Guilherme Mota e Adalberto Marson. Ambos sublinharam a influência dos Annales, a par de um pensamento luso-brasileiro, cabendo a este último aluno testemunhar o seguinte sobre a disciplina de Cultura Portuguesa, frequentada no ano de 1966:

Já nas primeiras aulas, Barradas exercia um misto de fascínio e incompreensão, um sentimento perante algo inusitado, dada a sua preocupação em fornecer, dentro da matéria curricular, noções

atualizadas do pensamento histórico (...) A marca da historiografia dos Annales estava aí completa, principalmente as palavras de ordem e a ironia fina dos combates de Lucien Febvre (...). Lentamente, firmava-se uma concepção da universidade do conhecimento humano, alimentada por dois princípios muito caros aos historiadores franceses: a ideia de história total (...); e a ideia de ciência, fortalecida desde as primeiras críticas à história factual, sem problema, à história-batalha, e que após a 2ª Guerra Mundial vinha progredindo, graças ao entrelaçamento da história com outras disciplinas, particularmente linguística, antropologia e psicanálise, fornecendo os temas da "estrutura", do "inconsciente", da "longa duração", da linguagem das coisas e da separação essência/aparência, e anunciando a possibilidade de uma "ciência do homem" com estatuto de objetividade" (MERSON, 1981: 285-286).

Em S. Paulo, Barradas de Carvalho preparou dois livros que demonstram, respetivamente, o predomínio temático da dimensão científica e Cívica da sua atividade: *Rumo de Portugal* e *O Obscurantismo Salazarista*. Não existe, todavia, qualquer dicotomia neste predomínio entre estes estudos, mas antes complementaridade. Partindo de assuntos diversos, em ambos os casos a reflexão teórico-metodológica não se desliga da participação na *Polis*. Conforme assevera:

Rumo de Portugal é, a um só tempo, uma análise historiográfica – centrada principalmente no Renascimento Português, que é visto como fruto da experiência da expansão marítima – e uma obra panfletária para o futuro de Portugal. Publicado na era pós-salazarista, o texto pretende guiar o país (...) em direção a sua verdadeira vocação: o Atlântico. (...). O segundo livro trata-se, na verdade, de uma coletânea de artigos escritos pelo seu autor entre 1964 e 1970, durante o seu exílio, para um jornal de oposição chamado Portugal Democrático. Os textos têm a tônica de uma crónica, onde Barradas descreve e discute as ações do regime salazarista fundamentando suas críticas à ditadura a partir de um aspeto específico: seu carácter "obscurantista (...)» ().

2. 1. A obra de Barradas de Carvalho *Da história-crónica à História- Ciência*

Ainda no Brasil, Barradas de Carvalho pensou e escreveu, quase na totalidade, a obra *Da História Crónica à História Ciência*, como o próprio reconheceu antes de escolher versos do canto IX de *Os Lusíadas* para primeira epígrafe geral do seu trabalho. Aliás, um aspeto específico da organização paratextual deste estudo, que a torna bastante original e incomum, na época em que ocorre, prende-se com a multiplicação de epígrafes que não são explicadas pelo cultor de *Clio*, mas podem ser alvo de análise,

tanto mais que se disseminam por vários espaços: desde os que antecedem os capítulos aos que estendem no interior destes. Quanto aos primeiros, existe uma página na qual se transcrevem um excerto de um texto e uma frase de Braudel. O excerto pertence ao artigo *História e Sociologia* e foi dado à estampa no *Traité de Sociologie*, publicado em 1958, sob a direção de Georges Gurvitch. (Carvalho, 1972. 11). Verdadeiramente curiosa é a frase braudeliana: «os filósofos acusam-nos, a nós historiadores, de nunca sabermos ao certo que história fazemos». Eis uma parte da reescrita de Barradas de Carvalho, sob a forma de resposta aos filósofos: «Pensamos, entretanto, ser preferível não sabermos ao certo a História que fazemos e fazemos História do que sabermos muito bem a história que faríamos, mas que nunca chegamos a fazer» (CARVALHO, 1972: 11). Estas palavras não ferem, em nosso entender, a Filosofia no seu conjunto, mas atingem uma atitude filosófica determinista e dogmática, avessa a circunstâncias próprias do devir histórico.

Duas páginas volvidas, Barradas de Carvalho cita Marx e Lucien Febvre. No primeiro caso, utiliza uma frase que pode ter de ser usada como extensão da resposta, por interposta pessoa, a certas posturas filosóficas: «À humanidade só se põe os problemas que ela pode resolver» (CARVALHO, 192: 13). No segundo caso, escolhe um período pertencente aos *Combats pour l'histoire*, de 1953; o excerto é selecionado e orquestrado de modo a concitar o contributo dos cultores de Clio na resolução dos problemas da humanidade: «O historiador não tem o direito de desertar» (CARVALHO, 1972: 13). Este repto é mais do que isso. Traduz um desígnio que, por seu turno, corresponde a um imperativo ético e moral entendido como indeclinável. Por outro lado, as duas citações em análise sintetizam muitas das preocupações presentes em *Da História – Crónica à História – Ciência* e, grosso modo, no percurso anterior do seu autor, sendo recorrentes. Aqui o denominador comum é a cidadania, implicitamente ligada a uma conceção humanista da vida e do conhecimento. Acresce que Barradas de Carvalho toma de empréstimo palavras de dois intelectuais que marcaram a sua personalidade, constituindo referências da respetiva construção. Trata-se de Marx e Lucien Febvre. O primeiro essencialmente no plano político-ideológico e o segundo sob o ponto de vista científico, por ser um dos fundadores dos *Annales*, que, curiosamente, muito deveram ao marxismo.

A obra de Joaquim Barradas de Carvalho *Da História-crónica à História-Ciência* desenvolve uma questão que não é de todo nova no trabalho historiográfico do seu

autor, conforme esperamos ter deixado claro no percurso sumariamente traçado. Trata-se da procura das origens de um conhecimento científico moderno, bem patente desde 1953, quando começou as pesquisas para o grau de Doutor e materializada com a respetiva obtenção em 1961 e 1975. A problematização é um recurso teórico-metodológico constante em Joaquim Barradas de Carvalho, na linha de Magalhães Godinho e dos Annales. Em *da história-crónica à história ciência* esta característica volta a estar presente, de modo muito próprio, desde o título.

No estudo em análise, o historiador pesquisa a génese do pensamento científico moderno, menos em função da problemática do Renascimento Português, que não comparece sequer diretamente, centrando-se sobretudo na problematização do foro da epistemologia das ciências, que se consumou na História-Ciência em meados do século XIX, mas que possuía raízes longínquas no entender de Barradas de Carvalho, dado que outras ciências passaram pelo mesmo em séculos anteriores. O processo em causa consistiu na passagem do conhecimento sensível ao inteligível, através daquilo que o próprio apelidou de *revolução*, inspirando-se em Gaston Bachelard ou Louis Althusser, mas indo mais longe em termos de nomenclatura, dado que estes teóricos preferiram o conceito de *ruptura*: «Todas as ciências passaram, num dado momento da sua história, por uma grande revolução epistemológica: a que as fez saltar do conhecimento sensível ao inteligível. Vejamos inicialmente os casos mais simples, ou talvez apenas os mais flagrantes» (CARVALHO, 1972: 21).

Para concretizar este programa, o cultor de *Clio* desenvolve, no primeiro capítulo, uma síntese na qual tenta esboçar uma diacronia das revoluções científicas que precederam a da História. Assim, começa pela astronomia, destacando Copérnico, Kepler e Borelli, debruçando-se em seguida sobre a Física e sublinha a importância de Galileu e Newton. Na psicologia, essa revolução ter-se-á dado com as investigações de Freud em torno do Inconsciente, já no século XIX. Depois de sintetizar este primeiro grupo, Barradas de Carvalho passou a enumerar um segundo, recuando no tempo face ao labor freudiano e dedicando-se a indicar os processos revolucionários protagonizados na Química por Lavoisier, na Biologia por Darwin (e a teoria da evolução das espécies e seus precursores), e na Matemática com o aparecimento do zero e dos *irracionais*.

Este primeiro capítulo de *Da história Crónica à história Ciência* demonstra a importância que Barradas de Carvalho confere à História das Ciências, de modo a

fornecer a diacronia que ajude a explicar o surgimento da História-Ciência, comprovando que houve Revoluções nas Ciências Físicas e Naturais, não sendo a História caso único, nem muito menos pioneiro. Esta preocupação com a contextualização histórica era recorrente na investigação do autor e nas suas aulas.

Em *Da História crônica à história ciência* nota-se a influência da atividade docente de Barradas de Carvalho. Desde logo, pela preocupação pedagógica de enquadrar as matérias principais, aliando a essa contextualização, o espírito de síntese e a vontade de divulgar conhecimentos, nunca abdicando do rigor científico. O aturado labor filológico é mais explícito noutros estudos anteriormente referidos, mas a erudição está sempre presente na obra em análise enquanto aliada da problematização e da comparação. Barradas de Carvalho não explica aprofundada e criticamente a contextualização histórica que empreende, mas percebe-se que esta tem subjacente um plano teórico apenas esboçado neste andamento inicial.

No segundo capítulo, intitulado *A ciência e a pré-ciência*, Barradas de Carvalho começa a tornar claro que não lhe basta o enquadramento da história das ciências, demonstrando estar sempre atento a questões de taxonomia. Entra em diálogo com a classificação das ciências de Comte e estabelece algumas diferenças significativas, dado que confere maior relevância à Psicologia do que o filósofo francês. Outra divergência, no nosso entender mais importante situa-se no peso da História. Para Comte a cúpula dos saberes era ocupada pela Sociologia. Barradas de Carvalho discorda totalmente desta perspectiva, dado que considera que essa posição cimeira deve caber à Ciência de *Clio*:

Enfim, Auguste Comte, não dando lugar à psicologia como ciência independente, não lhe dando um estatuto de autonomia em relação à biologia, transporta-nos diretamente da biologia à sociologia. Ora, na nossa ordenação – matemática, astronomia, física, química, biologia, psicologia – falta-nos a cúpula, isto é, a sociologia, como quer Auguste Comte, ou a História, como queremos nós (CARVALHO, 1971:57).

Nos dois primeiros andamentos da obra em análise, Barradas de Carvalho evidencia, em nosso entender, afinidades com uma determinada perspectiva no que concerne à epistemologia das ciências. Embora considere necessária e revolucionária a substituição da explicação científica assente no sensível pela explicação baseada no

inteligível, isso não anula a necessidade de um empirismo crítico, guiado e superado por um racionalismo que o ultrapassa, não o dispensando. Para este historiador, a história não pertence, desde Oitocentos, ao domínio da Crónica. Merece o estatuto científico como as suas congéneres naturais, físicas ou exatas, ainda que delas difira não que concerne à natureza desse estatuto. Por outro lado, para Barradas de Carvalho, a História é científica dado que não pertence ao domínio das humanidades, ou das letras, impondo-se no âmbito das Ciências Sociais e Humanas.

Este tema é tratado no terceiro capítulo cujo título não deixa margem para dúvidas: *A História, ciência fundamental entre as ciências humanas*. Aqui a influência de Braudel dado que defendia a necessidade de a história dialogar com a geografia, a economia, a psicologia, a antropologia de um modo que salvaguardasse o estudo da humanidade nas suas diversas vertentes, não deixando nenhuma das dimensões de lado, de modo a permitir uma compreensão que visasse um entendimento mais completo possível de todos os fenómenos inerentes ao homem, permitindo e encorajando a interdisciplinaridade, mas, bem diferente da sociolatria alicerçada no predomínio da sociologia. Este combate à visão comtiana deveria ser comandado pela história, dado que tudo o que acontece nos vários domínios de conhecimento ocorre no âmbito concreto da historicidade, num espaço e tempo próprios. Assim existiam a história social, a história económica, a história cultural. A história política não deixou de ser trabalhada, mas sempre em função da inserção do individual no coletivo e em favor da compreensão das massas e não apenas ou essencialmente dos privilegiados ou dos grupos sociais mais favorecidos. Todas estas ideias se encontravam presentes também nos *Ensaio III* de Magalhães Godinho, também finalizados em 1973 e noutros trabalhos do autor, conforme tivemos ocasião de frisar anteriormente. As ideias do antigo professor de Barradas de Carvalho são assimiladas e ampliadas na passagem seguinte de *da História Crónica à História Ciência*:

A história económica, não é mais do que a economia política, ou melhor, a ciência económica do passado. A economia política, ou melhor, a ciência económica, não é mais do que a história económica do presente. A história social não é mais do que a sociologia do passado. A sociologia não é mais do que a história social do presente. A história política será, seguramente em dia próximo, a ciência política do passado. A ciência política será a história política do presente. E, finalmente, poderemos dizer ainda

que a psicologia histórica não é mais do que a psicologia do passado. A psicologia não é mais do que a psicologia histórica do presente (CARVALHO, 1972).

Surge claramente alargado o espectro de cruzamentos interdisciplinares, sob a égide da história, exposto de modo assertivo. Barradas de Carvalho socorre-se de uma referência que remete para Magalhães Godinho nos *Ensaio III*, citando, em pé de página, as ideias deste segundo as quais «A História económica não é no fundo senão a economia política dos sistemas» (Carvalho, 1972: 72). O diálogo com o mestre catapultou Barradas de Carvalho para a enunciação da série de desdobramentos que transcrevemos. O próprio comenta-os de um modo que reforça as suas perspectivas, tornando-se significativo analisar esse excerto, dado que o autor concretiza aquilo que, em seu entender, o historiador do seu tempo deve ser: «É assim que um historiador de vanguarda dos anos 70 será obrigatoriamente geógrafo, se o seu campo de trabalho for a geo-história. Obrigatoriamente economista se o seu campo de trabalho for a história económica. Obrigatoriamente sociólogo se o seu campo de trabalho for a história social (...). Obrigatoriamente filósofo, se o seu campo de trabalho for a história do espírito científico, a história da cultura, a história das ideias, a filosofia...» (Carvalho, 1971: 73). Não transcrevemos os exemplos todos, dado que interessava sobretudo entender a lógica do raciocínio e a determinação na sua exposição. Fica patente o ponto de vista segundo o qual para auferirem estatuto científico todas as outras ciências sociais e humanas são e têm de ser históricas.

Barradas de Carvalho refere-se à História das ideias, a *As ideias Sociais e políticas de Herculano*, reforçando, em 1971, a sua natureza interdisciplinar. O historiador alerta para a necessidade de a História não se limitar a ser uma ciência do passado. Para tal socorre-se de uma frase de um dos seus mestres em Paris, Lucien Febvre, que dizia, repetidamente «*Histoire, science du passé, science du presente*» (Carvalho, 1971: 75). Na segunda parte do terceiro capítulo, Barradas de Carvalhos defende que o presente do historiador ajuda a compreender o passado, enquanto este contribui. Deve, contudo, evitar-se o anacronismo que incline leituras e não salvasse a especificidade dos tempos históricos. Esta condição pode parecer paradoxal face à tarefa de colocar temporalidades em diálogo. No entanto não o é, no entender do autor de *Da História Crónica à história ciência* que aproveita para sintetizar o que está em causa, apelando,

uma vez mais, à actualidade do tempo presente e à sua condição de historiador ativo e empenhado em enfrentar científica e civicamente os problemas que a sua época lhe coloca:

Compreender o presente pelo estudo do passado, sim; mas também o passado é compreendido de uma perspectiva presente (...) Não que devamos ceder ao pecado do anacronismo, vendo os problemas do passado à imagem e semelhança dos problemas presentes. Mas que o nosso inquérito (...) é formulado do presente, é formulado de acordo com as preocupações de homens de 1970, esta é a nossa condição (...)» (Carvalho, 1971: 78-79). Ecoa nestas palavras a conceção de Marc Bloch, apelidado mais adiante de «grande historiador (CARVALHO, 1971:83).

No derradeiro capítulo do estudo em análise, Barradas de Carvalho traça uma diacronia da ciência histórica em moldes modernos, apontando precursores Setecentistas Como Condorcet e Voltaire, mas não lhes reserva papel tão central no processo quanto o atribuído por Vitorino Magalhães Godinho. Barradas considera que a história como ciência se estabilizou com Michelet, Thierry e Guizot, Marx e Engels e, no caso português, Alexandre Herculano (Carvalho, 1972: 87-126).

Oliveira Marques não pertencia exatamente à mesma geração de Vitorino Magalhães Godinho ou Barradas de Carvalho, todavia não deixou de unir, de modo mais discreto mas eficaz, historiografia e cidadania.

2.2. Enquadramento biográfico da *Antologia dos Historiadores Portugueses*

António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques era mais novo do que Vitorino Magalhães Godinho ou Joaquim Barradas de Carvalho. Nasceu a 23 de Agosto de 1933 em Lisboa, onde completou o ensino secundário, tendo ingressado, em seguida, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, onde permaneceu pouco tempo, tendo cursado em seguida Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa, curso que concluiu em 1956, com uma dissertação de licenciatura intitulada *A sociedade Medieval dos séculos XII a XVI*, orientada por Virgínia Rau. Oliveira Marques pronunciou-se sobre a escolha do tema e da personalidade que o supervisionou numa entrevista muito posterior concedida a José Freire Antunes «Comecei por me dedicar à Idade Média por razões circunstanciais do meu curso. O único professor catedrático com quem podia dialogar em termos de pesquisa era Virgínia Rau. Como ela era

essencialmente medievalista, não tive dúvidas em escolher um tema da Idade Média para tese de Licenciatura» (MARQUES, 1988:61). O ano de 1957 foi passado por Oliveira Marques a realizar os seus trabalhos preparatórios de Doutoramento.

Tal como Magalhães Godinho ou Barradas de Carvalho rumou, Oliveira Marques ao estrangeiro para o efeito, só que, ao contrário dos anteriores não foi para Paris, mas para a Alemanha Federal, onde, na Universidade de Wursburg, contou com a supervisão e o apoio do professor Hermann Kollenbenz, que muito o marcou. Desde 1959 até 1964, A.H de Oliveira Marques foi docente da Faculdade na qual se licenciara, com duas interrupções forçadas. Era assistente de Virgínia Rau, sobretudo na Cadeira de Paleografia e diplomática, mas também, mais ocasionalmente, nas disciplinas de História Medieval e Teoria da História (Homem,).

O Doutoramento do autor foi concluído em 1960. Dois anos volvidos, concorreu a um lugar de Professor Extraordinário de História na Faculdade de Letras de Lisboa. Entretanto, deu-se a crise estudantil de 1962 e Oliveira Marques tomou posição a favor dos alunos. Viu as suas pretensões na docência saírem goradas. Em 1964 foi vítima de uma intriga e foi forçado a interromper a carreira em Portugal, tendo sido obrigado a exilar-se exilando-se nos Estados Unidos da América, na Florida até 1969. O historiador sofreu o exílio devido à sua oposição ao Estado Novo, embora Oliveira Marques não tivesse militância partidária, ao contrário de Barradas de Carvalho. Quando, numa entrevista, José Freire Antunes lhe perguntou como se definia politicamente, respondeu do seguinte modo: «Cem por cento da Oposição. Contactava de forma íntima e frequente com os grandes chefes da Oposição desse tempo, como Mário de Azevedo Gomes, Jaime Cortesão e o próprio António Sérgio. (...)» (MARQUES, 1988). Em seguida, o entrevistador indagou se Oliveira Marques era ativista. Eis a resposta:

Não propriamente. Esses meus amigos «protegiam-me» e achavam que eu deveria primeiro avançar na carreira académica. Muitas vezes, Mário de Azevedo Gomes me disse isso. (...). Mas tinha o meu ativismo. Depois do 25 de Abril, vim a descobrir a minha ficha na PIDE remontando a 1956 e a contactos com Azevedo Gomes e António Sérgio. Além disso, entrei para o grupo da Seara Nova, aí por volta de 1954 ou 1955» (MARQUES, 1988: 62)

Acerca dos anos em Gainesville, Oliveira Marques diz o seguinte: «Em Setembro de 1966 fui logo para uma Universidade boa, a da Florida, em Gainesville, onde há um

excelente centro de estudos ibero-americanos e uma biblioteca razoável. Promoveram-me imediatamente a catedrático (*Full Professor*) e trataram-me como se costuma dizer nas palminhas». Devo muito a essa gente. Ai ensinei, como se costuma dizer, história de Portugal» (Marques, 1988:63). Entretanto, Oliveira Marques regressou a Portugal, mas continuava impedido pelos poderes vigentes de ensinar na Universidade Portuguesa. Esta situação só mudou dois anos depois do 25 de Abril de 1974, tendo estado ligado à Criação e depois à Direção da Universidade Nova de Lisboa. No ano da Revolução, o historiador deu à estampa, em dois volumes, a *Antologia dos Historiadores Portugueses*, obra escrita em 1972 e precedida por trabalhos encetados e desenvolvidos ainda no estrangeiro: A História de Portugal, e os estudos entretanto iniciados sobre a Primeira República Portuguesa. A História de Portugal teve uma primeira edição em inglês, pela *Columbia University Press*, corria o ano de 1972, mas o primeiro volume teve edição Portuguesa, que foi dada à estampa pouco antes do 25 de Abril (Marques, 1988:64). Oliveira Marques também se pronunciou sobre os tempos do regresso a Portugal até ao 25 de Abril de 1974 e apontou motivos dessa situação:

[Sobre o regresso] por motivos vários. Minha mulher estava doente, fora operada em Fevereiro de 1969 à doença de que viria a falecer dois anos mais tarde. O seu desejo era regressar e queria experimentar os novos ares do marcelismo. O conhecimento que tinha de Marcelo Caetano fazia-me supor que as perseguições abrandariam... (...) [Acerca do modo como refez a vida]. Mal. Até ao 25 de não tive profissão definida e fui um «marginal». Escrevia livros, mas os proventos não chegavam, nesse tempo, para a minha subsistência. Cheguei a pôr um anúncio no jornal a pedir emprego e a responder a outro, da Embaixada do Japão, que queria um tradutor. Devo assinalar que o então ministro da Educação, Veiga Simão, se mostrou extremamente correto e generoso para comigo, pagando-me um subsídio durante vários anos, embora nunca conseguisse impor-me na Universidade como seu docente (MARQUES, 1988, 67)

Resulta, assim, claramente descrito na primeira pessoa o modo como Oliveira Marques viveu nos anos que coincidem com a gestação e a publicação da *Antologia dos Historiadores Portugueses*.

2.2.1. Análise do Prefácio à *Antologia dos Historiadores Portugueses*

Logo no dealbar desta obra, no prefácio intitulado *Esboço Histórico da Historiografia Portuguesa*, o seu autor reconhece a escassez de obras de história da historiografia, no momento em que escreve. Aponta a exceção protagonizada por Joaquim Veríssimo Serrão, em *História Breve da Historiografia Portuguesa* (1962), que Oliveira Marques considera relevante no plano da descrição de autores e obras, mas acrescenta que eram necessárias obras de teor explicativo e interpretativo, embora admita que o próprio Veríssimo Serrão terá feito algum esforço nesse sentido, na obra *Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, dada à estampa entre 1972 e 1974. Todavia, o autor da Antologia destaca artigos publicados no dicionário de História de Portugal, coordenados por Joel Serrão, sob o título comum de *Historiografia*, relativos às épocas medieval, moderna e contemporânea, sob a responsabilidade, respetivamente, do Próprio Oliveira Marques, de António Álvaro Dória e Joel Serrão:

Os Portugueses nunca foram dados a lucubrações filosóficas. Com limitado pendor para filosofias, sempre lhe faltou o sopro unificador que convertesse o mero somatório de escritores de História e de escritores de História em corrente inteligível e integrada. Nem os poucos filósofos, nem os muitos ensaístas, nem os próprios historiadores, quiseram alguma vez meter ombros à tarefa de gizar uma história da historiografia portuguesa. Existem, é certo, aqui e além, alguns prefácios, algumas introduções, certas páginas intercaladas em obras muito diversas (...) com achegas de dimensão e importância vária sobre historiografia. Mas não existe obra de conjunto que valha a pena mencionar. Não quer este ensaio, nem de longe supri-la. Limita-se a esclarecer o leitor sobre os traços principais a que obedeceu a escrita da história em Portugal (MARQUES, 1974: 7-8).

No entanto, Oliveira Marques inclui ainda outro nome na reduzida lista que elabora. Trata-se de Vitorino Magalhães Godinho, cujo artigo *Orientações e Problemas da Historiografia Portuguesa*, foi publicado pela primeira vez na *Revista de História* da Universidade de S. Paulo e republicado nos *Ensaio III*. Oliveira Marques cita todos estes dados e reconhece a importância deste pequeno texto.

Note-se a capacidade de atualização de Oliveira Marques no plano bibliográfico, conhecendo bem o campo historiográfico no qual se move, nele inscrevendo o seu esforço, acerca do qual tem consciência da incompletude da Antologia face à gigantesca tarefa de realizar uma história da historiografia.

No prefácio à *Antologia*, Oliveira Marques explica caracteriza a amostra correspondente ao universo selecionado. Dos 89 historiadores escolhidos, a percentagem mais significativa de nascimentos aconteceu nos séculos XIX e XVII, por esta ordem, enquanto que, no que tange às mortes, Oitocentos mantém a predominância, seguido de Quinhentos. Em seguida, o historiador procura traçar uma diacronia dos

gêneros historiográficos dominantes. Até ao século XV, eram muito frequentes os registos e as listas de óbitos, realizados por clérigos, funcionários régios, ou nobres. Todas estas formas de salvaguarda da informação constituíam enumerações, nem sempre sequências ou organizadas, de factos e datas, destinadas a perpetuar a memória e reforçar os prestígios dos grupos sociais ligados aos diversos tipos e instâncias de poder e que o detinham ou disputavam. De tal forma que, em muitas ocasiões, os obituários, os livros de linhagem e os anais se misturavam, sendo difíceis de distinguir, ainda que, quando essa distinção surgia assegurada, os primeiros eram mais lacónicos do que os segundos, faltando-lhes a dimensão narrativa que estes evidenciavam.

As lendas e as crónicas foram ganhando protagonismo e consistência. Fernão Lopes ocupou o novo cargo de Cronista-Mor do Reino. No entanto, Oliveira Marques salvaguarda as diferenças de comportamento e estilo deste cronista em comparação com Zurara ou Rui de Pina, tidos como menos objetivos e mais permeáveis às pressões e aos favorecimentos áulicos:

A história de um Fernão Lopes mostrava-se, sem dúvida, parcial, mas conservava certa objetividade e humanidade nas caracterizações e nos encadeamentos. Era, diríamos, razoável. Em Zurara, em Rui de Pina, nos cronistas dos feitos da Índia, o declive para a lisonja e para a divinização das figuras humanas, outrora só presente nos futuros santos, foi se acentuando, mas sem tornar ainda impossível a presença de uma «história contemporânea». Damião de Góis marcou, por assim dizer, o ponto final desse tipo de historiografia, quanto à Metrópole (Marques, 1974: 21).

Sob os auspícios da denominada geração de 1692 e 1696 deu-se, alegadamente, aquilo que Oliveira Marques encara como *último ato* da historiografia absolutista clerical, submissa à Igreja (Marques, 1974: 24). A Academia Real da História, fundada por D. João V ainda é incluída neste grupo, mas Oliveira Marques elogia a erudição e a recolha sistemática de fontes que empreendeu. No entender deste cultor de *Clio*, a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, correspondia o espírito iluminista defendido por Oliveira Marques. Este historiador destacou o Visconde Santarém como precursor de Herculano, elogiando esta personalidade pela importância conferida às fontes históricas e à sua crítica, bem como o apreço do historiador Oitocentista pela época que estava a viver, refletindo e agindo cívica e empenhadamente sobre ela. Oliveira Marques sublinha os estudiosos que, no final de Oitocentos, e nas

primeiras décadas do Século XX seguiram a linha erudita de Herculano, como Gama Barros, e salvaguarda o papel de alguns estudiosos que na Primeira República, chamaram a atenção para a importância da História Contemporânea, reputando de negativo o desaparecimento desta após 1926.

Nota-se, por parte de Oliveira Marques, uma leitura da historiografia portuguesa no mesmo sentido da de Vitorino Magalhães Godinho, com ela partilhando afinidades, apesar das naturais diferenças entre ambos, por exemplo, patentes na desconsideração de Oliveira Martins como historiador, por parte do organizador da *Antologia dos Historiadores Portugueses* (Marques, 1974). Convém sublinhar a importância que Oliveira Marques atribui à Geração de 39-45 na historiografia Portuguesa, com Vitorino Magalhães Godinho à cabeça:

A geração de 1939-1945 teve a orientá-la – e quase todos os seus representantes o reconheceram expressamente – a escola francesa agrupada em torno da revista Annales (...). Até à década de 60, este grupo de historiadores – aquilo a que poderíamos chamar a «escola de Lisboa» foi-se definindo e afirmando em concorrência com outros dois grupos: o dos historiadores e eruditos do núcleo coimbrão e aparentados e o dos últimos representantes do escol crítico nacionalista anterior à revolução de 28 de Maio (...) (MARQUES, 1974: 49-50).

Analisados, de modo sumário, os percursos de Vitorino Magalhães Godinho, Barradas de Carvalho e Oliveira Marques até 1974, pode afirmar-se que a História da Historiografia na qual se inscreveram parece marcada por algumas características comuns, a par de certas particularidades, passíveis de destaque: A oposição ao Estado Novo em toda a linha, nos planos político-ideológico e científico; a implicação e o imbricamento destes dois níveis de análise; o abandono de uma história política tradicional, em favor de uma história económica e social, tendencialmente total; a rejeição da idolatria, do panegírico e de uma prática de cariz laudatório, em nome da cientificidade; a afirmação de uma historiografia problematizante, de fisionomia *annaliste* (sobretudo nos dois primeiros historiadores, mas, também no que se refere ao terceiro, modo mais implícito, ainda que significativo) e a importância de novas noções de facto, acontecimento e documento, ao arrepio da concentração em bibliografias regressivas, úteis mas insuficientes.

3. Breves apontamentos sobre a História da Historiografia entre 1974 e finais dos anos Oitenta: Continuidades, impasses e diversificação de percursos

Depois do 25 de Abril de 1974 e até finais da década de Oitenta de Oitocentos, a História da historiografia praticada em liberdade continuou a ser tributária do trabalho de dois dos seus principais cultores que se opuseram ao Estado Novo: Vitorino Magalhães Godinho e António Henrique de Oliveira Marques. Estiveram ambos ligados à fundação da Universidade Nova de Lisboa, mormente à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que, desde a designação, desenvolve uma ideia e um programa que as personalidades referidas prodigalizaram e pelos quais pugnaram, muito antes de qualquer institucionalização e ao arrepio das ditas *humanidades*. Logo em 1975, Magalhães Godinho alinhou por um combate ideológico que extravasou a sua investigação científica. Defendeu uma conceção própria de Socialismo, sistematizando-a e desafiando as ortodoxias dominantes nestas matérias, demonstrando que a articulação entre o conhecimento científico, a profissão e uma cidadania que continuava a ser muito. De tal modo, que esta personalidade aceitou o desafio e tornou-se, por alguns meses, Ministro da Educação.

Em 1976 foi aprovada a Constituição da República Portuguesa e até finais da década e ao longo da seguinte houve um aumento considerável do número de estabelecimentos de ensino superior, que acarretou um acréscimo considerável de professores e alunos, sobretudo entre 1984 e 1986, o processo de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia desenvolveu-se, culminando nesse último ano. A mentalidade Europeísta, própria dos historiadores opositores dos Estado Novo, ganhou força em moldes bem diversos e num quadro político assaz distinto. Até finais de Oitenta as investigações em História da Historiografia não eram muito frequentes, envolviam personalidades conhecidas e materializaram-se sob a égide de uma consolidação da Democracia, o que conduziu os historiadores a interessarem-se mais pelas vicissitudes da democratização da sociedade do que pela especialização na área académica citada, bastante dependente ainda da discussão de questões relativas ao estatuto de Clio, criando, todavia, o ambiente propício a essa especialização, que se verificou de modo mais claro a partir da década de 1990. No entanto, o ano de 1988 demonstra que essa realidade foi preparada anteriormente. Nesse ano foram publicados dois trabalhos diferentes, mas situáveis dentro do paradigma neomoderno, no nosso entender ainda

dominante na actualidade, que são marcantes, do nosso ponto de vista, pelas clivagens que evidenciam, ainda que se inscrevam genericamente no mesmo quadro, embora em lugares diversos. Trata-se de *Ensaio de Historiografia Portuguesa* de A. H. de Oliveira Marques e de *A escrita da História*, de José Mattoso. A natureza de ambos os trabalhos é parcialmente similar, aproximando-os em primeira instância, para depois os caminhos se bifurcam sem se chegarem a opor. As duas obras resultam de uma seleção de estudos, produzidos em datas e circunstâncias diversas e dispostos de modo que não respeita necessariamente a sequência cronológica, apostando antes na coerência temática e na coesão metodológica. Todavia, as diferenças tinham começado nos títulos. O primeiro assume, em certa medida, o legado de Magalhães Godinho, sobretudo por afirmar igualmente o estatuto exclusivamente científico da história e reiterar a necessidade da problematização, ainda que Oliveira Marques não subscreva o peso conferido por este historiador às estruturas no trabalho historiográfico. Por seu turno, José Mattoso não questiona a cientificidade referida, mas compagina-a com uma dimensão artística da historiografia, que não é relegada para segundo plano ou subalternizada, nem muito menos postergada.

Oliveira Marques, tal como Magalhães Godinho, começa os seus *Ensaio de Historiografia Portuguesa* com a republicação de uma investigação anterior dada à estampa em 1974-1975. Diversamente, a seguir, são dadas à estampa duas entrevistas concedidas pelo autor. A primeira sobre os *trabalhos do historiador* e a segunda de índole biográfica. Oliveira Marques preza o rigor metodológico da escola metódica francesa e acrescenta-lhe uma preocupação com as mentalidades. Pronuncia-se em seguida sobre o *Ensino Universitário da História*, integrando a história no âmbito das ciências Sociais e Humanas e defendendo a necessidade de inculcar nos alunos hábitos de investigação assentes numa problematização alicerçada numa crítica de fontes atualizada e tributária de um lugar central na prática historiográfica. Aliás, esse labor de base empírica considera a pura erudição insuficiente e ingénuo, mas não desdenha da sua importância. No estudo seguinte, o autor apresenta uma Revista à qual se encontrava ligado. Assume algumas distâncias face à História económica e social então dominante. Afirma afinidades com temáticas do âmbito das mentalidades e reitera importância das fontes inéditas e dos factos:

Também tivemos a pretensão de mudar o conteúdo, com o alargamento substancial dos géneros de história que o compõem. Na esmagadora maioria das Revistas de hoje, pelo menos entre nós, os artigos dizem respeito a uma história «digna», «respeitável», «solene», «séria». Tratam da história económica, da história social, da história política cada vez menos factológica, de história religiosa, de história cultural. Mas de balde se buscarão artigos versando a moda, a alimentação, os divertimentos, os símbolos, o clima, o desporto, a publicidade, os conceitos, o sexo, etc. Por escassez de cultores, dirão. Sem dúvida, mas também por deficiência de orientação presidindo à revista, por um certo desdém que o historiador das classes sociais tributa ao historiador das formas dos chapéus, sé que lhe concede, sequer, a classificação de historiador. Procuraremos, tanto quanto possível, não só dar guarida, a artigos desses géneros «marginais», mas até estimular a sua produção. A preocupação com a fonte inédita e menos conhecida será outro objectivo da Revista (MARQUES, 1988: 77-78).

Contudo, Oliveira Marques debruça-se sobre personalidades como António Sérgio ou Jaime Cortesão. Apresenta sumariamente o seu trajeto e admira-os, tal como Magalhães Godinho, embora discuta mais claramente o perfil sergiano, entendendo que não configura exatamente o de um historiador, mas elogia os materiais carreados para a reflexão e as preocupações sociais e cívicas deste intelectual, cujo percurso divide em duas fases.

Acerca da Faculdade de Letras de Lisboa, Oliveira marque não se posiciona como historiador, pronunciando-se enquanto aluno, através de um testemunho que repercute as críticas e a imagem negativa evidenciadas por Magalhães Godinho. No entender daquele estudioso, Vieira de Almeida fora uma das exceções positivas ao marasmo generalizado, merecendo, por essa via, uma atenção especial e individualizada.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

- CARBONELL, Charles-Olivier. Pour une nouvelle histoire de l'historiographie, In *Storia della Storiografia*, número 1, Milão: Jaca Books: 7-25, 1982.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Da História-Crónica à História Ciência*, Lisboa: Livros Horizonte, 1971.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano*, 2ª edição, Lisboa: Seara Nova, 1971.
- COUVANEIRO, João Luís Serrenho. O Curso Superior de Letras (1861-1911: nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal. Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 2012.
- DORES, Hugo. A história na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930). Lisboa: Faculdade de Letras, 2009. [Dissertação de Mestrado].
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Razão e História* (Introdução a um problema), Lisboa, Faculdade de Letras, 1940. [Dissertação de Licenciatura em histórico-filosóficas].
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio III, Sobre Teoria da História e Historiografia*, Lisboa: Sá da Costa, 1971.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A democracia socialista, um mundo novo e um novo Portugal*, Lisboa: Publicações Génese, 1975.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962)*, Lisboa: Assembleia da República/ Dom Quixote, 2005.
- LEONE, Carlos, *Portugal Extemporâneo História das ideias do discurso Crítico Português no século XX*, volume II, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- LIMA, Sílvio de. *Ensaio sobre a Essência do Ensaio*, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1944.
- Lukács, Georg. *Die Seele und die Formen*. Essays. Neuwied: Luchterhand, pp. 7-31, 1971.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de. Godinho, Vitorino Barbosa de Magalhães (Lisboa, 1918 – Lisboa 2011), in *Dicionário de Historiadores Portugueses Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo*. Sérgio Campos Matos (coordenação), (s/d).

- MAGALHÃES, Joaquim Romero de. Carvalho, Joaquim Barradas de (1920-1980), in *Dicionário de Historiadores Portugueses Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo*. Sérgio Campos Matos (coordenação), (s/d)
- MARQUES, A.H. de Oliveira. *Antologia da Historiografia Portuguesa*, 2 volumes, Lisboa: Publicações Europa-América, 1974
- MARQUES, A.H. de Oliveira. *Estudos de Historiografia Portuguesa*, Lisboa: Palas Editora, 1988.
- MARSON Adalberto. Presença de um mestre: Joaquim Barradas de Carvalho, In *Revista Brasileira de História*, números 1-2, S. Paulo: 285-288, 1981.
- MATTOSO, José. *A escrita da História*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.
- MOREIRA, Nuno Miguel Magarinho Bessa. *A Revista de História (1912-1928)*, Dissertação de Doutoramento em História, 2 vols., Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. [Dissertação de Doutoramento em História].
- MOTA, Carlos Guilherme. Joaquim Barradas de Carvalho, in *Estudos avançados*, volume 8, número 22, S. Paulo: 289-295, 1994.
- NUNES, João Paulo Avelãs. *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: o historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.
- NUNES, João Paulo Avelãs. *O Estado, a Historiografia e Outras Ciências/Tecnologias sociais*, in *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX Olhares Cruzados*, João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire (coordenação), Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Fundação Getúlio Vargas, pp.53-79, 2013.
- RÊGO, António. *History in times of Fascism. Discipline and Practices of History During the beginning of Portuguese New State*, Leiden: University of Leiden, 2015. [Master Thesis].
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. (coord.) *Outros Combates pela História*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010
- SÉRGIO, António (1920), *Ensaio*, Tomo I, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1920.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Verbo, Lisboa, 1962.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História e conhecimento histórico*. Verbo, Lisboa, 1968.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa Doutrina e Crítica, séculos XII-XVI*, Verbo, Lisboa, *I Volume* 1972.

SOUSA, José Manuel Guedes (2012), Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40. Faculdade de Letras, LISBOA. [Dissertação de Mestrado].

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando, (1996), *História da História em Portugal*. Círculo de Leitores, Lisboa,